



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

**PARECER DA COMISSÃO DE POLÍTICA
GERAL SOBRE O PROJECTO DE
DECRETO-LEI QUE “ APROVA O
REGULAMENTO DOS SISTEMAS
ENERGÉTICOS DE CLIMATIZAÇÃO DOS
EDIFÍCIOS”**

Horta, 26 de Janeiro de 2005



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

A Sub - Comissão de Política Geral reuniu, no dia 26 de Janeiro de 2005, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, e por solicitação de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, apreciou e emitiu parecer sobre o Projecto de Decreto Lei que “ Aprova o Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização dos Edifícios”.

CAPITULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apreciação e emissão de parecer do presente Projecto de Decreto - Lei exerce-se nos termos, do nº2, do artigo 229º, da Constituição da República Portuguesa (CRP), em conjugação com o que dispõe a alínea i), do artigo 30º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e com o que estipula a alínea a) do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

CAPITULO II

APRECIAÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A Comissão, por unanimidade, deu parecer favorável na generalidade e na especialidade. Relativamente à consagração expressa em artigo próprio da regra de aplicação do diploma às Regiões Autónomas somos do parecer seguinte:

Considerando que a Lei 1/2004, de 24 de Julho que operou a sexta revisão constitucional confere às Regiões Autónomas um poder Legislativo concorrential com a Republica em matéria não reservada aos órgãos de soberania, não parece justificar-se a referência



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

expressa de aplicação dos diplomas às Regiões Autónomas, nem o poder legislativo das Regiões Autónomas é de mera adaptabilidade da legislação da Republica.

Horta, 26 de Janeiro de 2005

O Relator,

Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente,

José Manuel Bolieiro